

# PESSOA, REFERÊNCIA E IDENTIDADE NA ESCRITA DE SI

Véronique BRAUN DAHLET\*

- **RESUMO:** A relação de equivalência: Autor = Narrador = Personagem é que define a escrita de si. A isomorfia entre os três termos da equação não esconde sua complexidade, que decorre do entrecruzamento de, no mínimo, três domínios: o da teoria literária através da narratologia (LEJEUNE 1975, 2008; GENETTE, 1991), o da linguística da enunciação e filosofia da linguagem por meio da referência e da relação que estabelece entre os pronomes pessoais e a identidade (BENVENISTE, 1966; RICOEUR, 1990; FERRY 1991), e, enfim, o pragmático pelo viés do “pacto autobiográfico” (LEJEUNE, 1975), que, como mostraremos, desemboca na experiência do entender, ligando o autor ao leitor da narrativa de si. Assim, ao abordar os três domínios citados que apontam para a questão da referência, da pessoa e da identidade, essa contribuição traça um itinerário de análise, visando mostrar que a função da narrativa de si é, antes de tudo, evento de um entendimento a ser compartilhado.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Categoria da pessoa. Referência. Identidade. Narrativa de si.

A narrativa de si é, por natureza, uma construção *a posteriori*. Pelo fato de a) ser uma narrativa; b) ativar a memória (anamnese) e c) o autor se dar, a si mesmo, como próprio objeto, a narrativa de si segue “espontânea” e “socialmente” à linearização de um percurso organizado cronologicamente, ainda que muitas vezes pouco homogêneo, com densidades descontínuas, e nem sempre inserido num encadeamento determinista (causa-efeito).

A escrita auto-bio-gráfica produz, portanto, uma trajetória, mas também se revela como marca: ela apresenta uma experiência do viver e, ao mesmo tempo, ela própria é uma experiência. O que distingue fundamentalmente a biografia da autobiografia é o fato de esta última requerer a dissociação entre o eu escrito e o eu que escreve. Dissociação na medida em que o eu escrito viveu seu percurso de vida na sua contemporaneidade, à medida que se realizava. Já o eu, porque escreve, o re-vive, a partir de uma posição externa. Re-viver significa, aqui, atualizar um passado tornado presente pelo momento da escrita. O próprio processo de escrita, entretanto, leva esse passado presente para um futuro presente: o ato de escrever

---

\* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Modernas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – vero.braund@gmail.com

sempre comporta o que é por vir. Tal é, a meu ver, a característica mais singular da narrativa de si, que consiste nesse movimento pendular entre o passado presente a ser lembrado e o futuro presente no qual está engajado o eu que escreve. Ou seja, a lembrança não se realiza independentemente da invenção de si: a lembrança é descoberta de si.

Colocando como pano de fundo essa complexa mecânica da escrita de si, que constitutivamente mostra e oculta o *eu* e se projeta na frente para ir para trás, essa contribuição pretende analisar a categoria da pessoa, por ser ela também problemática. Onipresente na escrita de si, o *eu* se constrói ao se singularizar da coletividade, isto é, do *tu* e do *ele*. Ora, apesar da aparente bi-univocidade entre pronome pessoal e referência, permanece a questão da identidade, o que é altamente paradoxal quando se trata de escrita de si, como veremos com o linguista E. Benveniste (1966) e os filósofos P. Ricoeur (1990) e J.-M. Ferry (1991).

### **Autobiografia: uma história de pessoa ou quem é quem**

Ph. Lejeune (1975, 2008) formulou os termos da equação que define uma autobiografia ou narrativa de si: “[...] é preciso que haja relação de identidade entre o *autor*, o *narrador* e o *personagem* [...]” (LEJEUNE, 2008, p. 15), sabendo que o autor remete à pessoa de carne e osso cujo nome consta na capa do livro; o narrador, à instância narrativa e o personagem, à construção referencial do autor, cujo o narrador conta a vida. Percebemos claramente, aqui, o que está em jogo: basta um dos termos da relação não corresponder mais à “relação de identidade”, para que a narrativa não seja mais associada à autobiografia. Entretanto, frisa Lejeune (2008), é preciso distinguir identidade e pronome pessoal. Para mostrar isso, ele estabelece uma tipologia mostrando as diferenças combinatórias que separam a autobiografia da biografia ao cruzar os dois parâmetros da pessoa gramatical (*eu*, *tu*, *ele*) e da identidade (narrador = personagem principal, narrador  $\neq$  personagem principal). Desse modo, cada um dos gêneros fica subdividido em três categorias, conforme tipologia reproduzida abaixo (Tabela 1). Nota-se que se torna possível distinguir três subcategorias correspondentes à autobiografia, pelo fato de o estudioso levar em conta aquilo que poderíamos chamar de máscara de pessoa. Pois, no intuito de mostrar a necessidade de distinguir entre identidade e pronomes pessoais, Lejeune (2008, p. 19) inclui “casos excepcionais” em que a autobiografia, ainda que obedeça ao parâmetro da identidade: narrador = personagem principal, pode ser escrita em segunda ou terceira pessoa, e não em primeira.

**Tabela 1** – Tipologia estabelecida por Lejeune (2008, p. 18)

Pessoa gramatical →	Eu	Tu	Ele
Identidade ↓			
Narrador = personagem principal	Autobiografia clássica [autodiegética]	Autobiografia em segunda pessoa	Autobiografia em terceira pessoa
Narrador ≠ personagem principal	Biografia em primeira pessoa (narrativa de uma testemunha) [homodiegética]	Biografia endereçada ao modelo	Biografia clássica [heterodiegética]

Quanto ao estudioso da narratologia Gérard Genette (1991), ele propõe um recorte diferente, que consiste em distinguir três ordens de equivalência ou não equivalência. Primeira ordem: equivalência ou não equivalência em nível da relação entre narrador (N) e personagem (P); segunda ordem: equivalência ou não equivalência em nível da relação entre autor (A) e personagem (P), terceira ordem: equivalência ou não equivalência em nível da relação entre autor (A) e narrador (N). Conforme vemos abaixo (Tabela 2), a relação N-P determina o regime homodiegético ou heterodiegético da narrativa, ao passo que a relação A-P determina o regime alobiográfico do autobiográfico e, enfim, a relação A-N determina o regime factual ou ficcional da narrativa.

**Tabela 2** – Tipologia reconstituída, a partir de Genette (1991, cap. 3)

Regime heterodiegético: $N \neq P$	Regime homodiegético: $N = P$
Regime alobiográfico: $A \neq P$	Regime autobiográfico: $A = P$
Regime ficcional: $A \neq N$	Regime factual: $A = N$

Assim, ao confrontar as combinações entre as ordens em questão, Lejeune (2008, p. 18) depreende 6 casos e Genette (1991, p. 83) depreende 4 casos possíveis, mais 1 que no momento não existe (Tabela 3):

**Tabela 3** – Comparação entre a tipologia de Lejeune (2008) e Genette (1991)

	tipologia Lejeune (2008)	tipologia Genette (1991)
narrativa factual: A = N	- homodiegética: A = P → eu - homodiegética: A ≠ P → tu - homodiegética: A ≠ P → ele	- homodiegética: A = P → eu
narrativa factual: A = N	- homodiegética: A ≠ P principal → eu - heterodiegética: A ≠ P → tu - heterodiegética: A ≠ P → ele	- heterodiegética: A ≠ P → ele
narrativa ficcional: A ≠ N		- homodiegética: A = P → eu
narrativa ficcional: A ≠ N		- heterodiegética: A ≠ P
*narrativa ficcional: A ≠ N (*caso inexistente)		- *homodiegético: A = P

As duas tipologias se completam mais do que se opõem, já que o recorte das entradas não coincidem. O que vale destacar é o fato de que, para ambos os estudiosos, logo quando a relação A = N fica ativada, opera a noção de responsabilidade. O pacto (auto)biográfico (LEJEUNE, 1975, 2008) liga o autor da narrativa ao leitor, obrigando o autor a se comprometer a dizer a verdade (a verdade é apenas coextensiva à boa-fé, mas não à exaustividade, que não pode ser conferida, autenticada). O contrato constitui o único critério que possibilita diferenciar uma narrativa factual, (auto)biográfica, de uma ficcional<sup>1</sup>. Em outras palavras, o *eu* do narrador deve remeter ao nome que consta na capa do livro<sup>2</sup>. Assegurado esse critério, o que diferencia a narrativa autobiográfica da biográfica se situa em nível da relação de equivalência entre narrador e personagem. Enfim, vemos que Lejeune encara a possibilidade de o narrador criar uma máscara ao associar a autobiografia à segunda ou terceira pessoa (*tu e ele*).

A tipologia dos vários níveis de instanciação do *eu* possibilita distinguir, além do referente único *eu*, estatutos e, portanto, prerrogativas diferenciadas segundo o nível de equivalência considerado. Para ir mais longe na análise do processo de identidade, é esclarecedor observar o que desencadeia perguntas que, na interlocução, buscam identificar um sujeito, para, em seguida, aplicar algumas observações à autobiografia.

<sup>1</sup> Cf. Lejeune (1975, p. 44-45).

<sup>2</sup> Vale lembrar, todavia, o caso do escritor francês Romain Gary, que obteve o prestigioso Prêmio Goncourt em 1956, com o romance *Les racines du ciel* publicado sob sua verdadeira identidade, e uma segunda vez, em 1975, pelo romance *La vie devant soi* assinado com um pseudônimo (Émile Ajar). O jogo de máscara foi descoberto depois da morte do escritor. Entretanto, ele não publicou autobiografia.

## Quem é?

À pergunta *Quem é?* respondemos *Sou eu!* A forma *Sou eu!* é muito singular. É diferente de *Sou* (*Penso, logo sou*), que, nesse contexto, verbo de existência (ser = existir), que dá ao pronome *eu*, colocado nessa posição, densidade plena, cheia. De fato, a forma *Sou eu!* corresponde a uma construção absoluta e se distingue da forma *Eu sou*, na qual o verbo ganha mero valor predicativo, que introduz um complemento (por exemplo: *eu sou alta; eu sou uma mulher*).

Por isso, *Sou eu!* consiste em extrair uma pessoa singular entre todas as pessoas possíveis. Já, na construção *Sou eu quem pedi isso*, o *eu* não existe mais de maneira absoluta pelo fato de que a identificação fica subordinada, restringida à ação de pedir algo.

## Quem é você?

*Quem é?* é diferente de *Quem é você?* do ponto de vista das condições de enunciação. A pergunta *Quem é?* pressupõe que quem pergunta não vê o Tu, ao passo que a pergunta *Quem é você?* pressupõe que quem pergunta vê na sua frente uma pessoa: a ocorrência do *tu* se torna possível se relacionada à percepção visual do outro na minha frente.

Em outras palavras, *Quem é?* é uma pergunta que constrói um lugar vazio, por assim dizer, neutralizado, equivalente a *Quem é + Ø?* em decorrência da ausência de pronome. Nem 2ª pessoa (*Quem é você?*), nem 3ª pessoa (*Quem é ele/ela?*), trata-se de uma forma intermediária, que dá conta do fato de estarmos, do ponto de vista pragmático, numa situação de interlocução, mas não plenamente do ponto de vista linguístico (já que não há ocorrência da 2ª pessoa): estamos numa zona de **transição**, a meio caminho entre a 2ª pessoa potencial (o interlocutor sem rosto, sem corpo) e a 2ª pessoa atual (o interlocutor encarnado por um rosto, por um corpo). No face a face, a situação muda pois a interlocução introduz imediatamente o tu, que é o traço característico do outro na minha frente. Em outras palavras, o lugar vazio em *Quem é + Ø?* é requerido pelo fato de que o interlocutor, por não ser visível, não é atestado por seu corpo.

De maneira correlativa à pergunta *Quem é você?*, a resposta não pode ser mais *Sou eu*, pois a pergunta não tem como propósito extrair, a partir da coletividade de indivíduos possíveis, a pessoa de quem se trata (*Sou Artur/ É o carteiro/ É o eletricista*) mas, tendo previamente destacado a pessoa em questão, a pergunta consiste, para quem a faz, em procurar atribuir qualidades ao interlocutor, no intuito de identificá-lo a algo conhecido, a valores comuns, a fim de integrá-lo à comunidade de indivíduos da qual faz parte quem fez a pergunta. Por exemplo, um diretor de colégio pergunta para um adolescente, não imediatamente identificado como aluno: *Quem é você?* Se a resposta for: – *Um aluno do 1º colegial*, então ele

poderá entrar, isto é, ser acolhido na comunidade, o que não ocorrerá se a resposta for: *Sou o amigo de um aluno do 1º colegial*, pois a resposta será: *Então, você deve esperar teu amigo lá fora*. Na realidade, a pergunta *Quem é você?* solicita uma senha, que possibilita, a quem responder, integrar a coletividade do *eu*, de quem faz a pergunta.

Essas simulações permitem afirmar que, do ponto de vista da interlocução, a autobiografia se situa ao mesmo tempo no processo que parte da indiferenciação para chegar a uma identificação: dentre toda a coleção de indivíduos possíveis se destaca um *eu*, que eu sou. Ao escrever minha autobiografia, eu pergunto a mim mesma quem ela é: *quem é você? Eu sou... ou: quem sou eu?* E, nesse caso, estamos numa maiêutica. De fato, para que a pergunta possa ser endereçada a alguém, é preciso 2 instâncias, sabendo que estas últimas ora remetem a um indivíduo dividido, ora a dois indivíduos.

Assim, a autobiografia pode convocar até três instâncias, todas aptas a indagar sobre a identidade:

1. *Quem é você?* L1 – L1. A pergunta é feita do Locutor 1 (L1) ao Locutor 1 (L1). Nessa situação, o L1 é o ainda não autor da autobiografia, que pergunta ao narrador potencial que ele é, em diálogo interno, quem ele é: *Quem é você?* (de L1 a L1), em diálogo interno, como acabamos de ver, onde *eu* pergunta para *eu* quem ele é: *Quem é você, você que é eu?* A meu ver, toda autobiografia parte dessa pergunta inaugural, mesmo se o autor pensasse: “minha vida é digna de ser conhecida, vou mostrar às pessoas quem eu sou e o que fiz”.
2. *Quem é você?* L1 – L2. Nesse caso, o L1 é o leitor e o L2, o autor e narrador. Com efeito, fazemos a hipótese de que a pergunta seja prévia à condição de leitor de autobiografia. Pois, qual seria o interesse inicial a se tornar leitor de autobiografia, senão por procurar conhecer a personalidade e a vida do autobiografado?
3. *Quem é você?* L1 – L2. Nesse caso, o L1 é o autor e narrador e o L2 o leitor. Retomaremos esse caso mais adiante, quando trataremos mais detalhadamente a questão do leitor.

## A pessoa na língua e no mundo

Trata-se, aqui, de avançar no estudo da narrativa de si, baseando-me em três teóricos da linguagem (BENVENISTE, 1974; RICOEUR, 1985, 1990; FERRY, 1991), que consagraram uma parte dos seus trabalhos às 1ª e 2ª pessoas, *Eu* e *Tu*, assim como à 3ª pessoa, *Ele*. Entre os três universos de pensamento, é possível delinear um percurso teórico que liga a análise dos pronomes pessoais à questão

da identidade, via referência. Definiremos minimamente a referência como o objeto extralinguístico denotado, na língua, por uma palavra ou mais. Por exemplo, ocorrências como “o compositor”, “o cantor de MPB”, “ele”, “o vencedor de três Prêmios Jabuti”, “o filho do historiador Sérgio Buarque de Holanda” designam o referente “Francisco Buarque de Holanda”.

O que está em questão é a noção de identidade e a maneira como ela se dá na interface língua/mundo. Ricoeur (1990, p. 40-41) lembra os três “operadores de individualização” disponibilizados pela língua<sup>3</sup>: as descrições definidas (por exemplo: “o vencedor de três Prêmios Jabuti”); os nomes próprios (por exemplo: “Francisco Buarque de Holanda”), e os indicadores (eu, tu, isto, aqui, agora).

Entre os três operadores, destacam-se os indicadores, ou dêiticos pessoais (eu, tu) e espacio-temporais (isto, aqui, agora), que possuem, entre todas as unidades da língua, a característica ímpar de serem sui-referenciais. As análises de É. Benveniste (1974, p. 82) são bem conhecidas:

A referência é parte integrante da enunciação. [...] O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Eis um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor na sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitui um centro de referência interno.

“Cada instância de discurso constitui um centro de referência interno”: nisso consiste o sui-referencial, propriedade notável do discurso. À revelia do universo físico governado pelo heliocentrismo (Copérnico provou, há 5 séculos, que a Terra girava em torno do Sol), o universo da enunciação – mas também da própria língua pelas formas disponibilizadas por ela – põe o falante no centro do discurso: o eu, o tu, o aqui e o agora recebem sentido somente a partir do ponto de referência fonte, que é o próprio eu. Assim, à semelhança da concepção ptolemaica, e de maneira oposta à organização do universo, o discurso – quaisquer que sejam as línguas nas quais ele se realiza – se organiza a partir do eu: do seu corpo, única realidade – objeto do mundo – que possibilita a percepção e estruturação do espaço e do tempo: o corpo está inscrito num aqui (lugar) e num agora (tempo). Paradoxal, portanto, é a sui-referencialidade do pronome pessoal *eu*, que faz de uma forma que muda constantemente de referência um “operador de individualização” (RICOEUR, 1990, p. 40), é indicador de que interliga a identidade ao eu. É, justamente, sua forma vazia que torna possível sua aptidão a ser empregada por todo e qualquer falante (BENVENISTE, 1966, p. 260): “É ‘ego’ quem *diz* ‘ego’”.

Além disso, Benveniste (1974, p. 99) distingue o sistema da pessoa (eu/tu) do sistema da não pessoa (ele), pelo fato de que eu/tu “[...] é uma estrutura de

<sup>3</sup> Todas as citações são traduzidas por mim.

alocução pessoal que é exclusivamente inter-humana [...]”, ao passo que o sistema da não pessoa (ele) “[...] funda a possibilidade do discurso sobre algo, sobre o mundo, sobre aquilo que não é a alocução.” Crucial na teoria de Benveniste (1974, p. 99), a bipartição entre o sistema da pessoa e da não pessoa o leva a frisar o “[...] duplo funcionamento, subjetivo e referencial, do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em qualquer língua, em qualquer sociedade e época, entre o eu e o não eu.”

Voltado para a questão da identidade, Paul Ricoeur (1990, p. 44) retoma a reflexão de Benveniste e concorda com a visão deste último no tocante à dupla atividade do discurso ao distinguir a “referência identificante” (associada aos operadores de individualização que são a descrição definida e o nome próprio, cf. supra) e a “autodesignação” (ligada aos indicadores eu, tu, isso, aqui, agora). Em contrapartida, focado na teorização da identidade, ele não admite que a 3ª pessoa seja excluída pelo simples fato de a alocução ocorrer apenas entre um eu e um tu. Ricoeur explica essa exclusão da 3ª pessoa pelo fato de Benveniste restringir sua teoria à enunciação, vista principalmente como instância (eu, tu) a partir da qual procede a sui-referência, e não como processo que envolve o sujeito falante, enunciador provido de sensações, intuições e de uma experiência tangível do mundo e da interação.

Assim, Ricoeur (1990, p. 55) tem o propósito de construir, no plano linguístico, uma “teoria integrada do si”. Vê-se, primeiramente, o deslocamento de foco, que passa da teoria do sistema da pessoa à de si, que introduz, como descreveremos a seguir, a questão da identidade. Para tanto, ele vai proceder de maneira integrada, isto é, cruzar a “enquete referencial”, que remete à referência identificante e a enquete reflexiva, enunciativa, ligada à “autodesignação” (temas do primeiro e segundo estudo de *Si mesmo como um outro*). Do ponto de vista epistemológico, a confrontação da enquete referencial e da reflexiva constitui um obstáculo, pois “[...] pela enquete referencial, a pessoa é em primeiro lugar a terceira pessoa, logo àquela da qual estamos falando. Pela enquete reflexiva, em contrapartida, a pessoa é em primeiro lugar um eu que fala com um tu.” (RICOEUR, 1990, p. 56). Como, portanto, superar a dificuldade? O método (no sentido etimológico de caminho) consistirá em conceber a troca dos lugares. Certamente, Benveniste concebia, no âmbito do sistema da pessoa, a conversão do eu em tu, e vice-versa; mas Ricoeur amplifica o leque das conversões ao interligar, num sistema integrador, a enquete reflexiva (domínio da autodesignação, que é o sistema da pessoa em Benveniste) com a referência identificante (domínio referencial, o sistema da não pessoa em Benveniste), fazendo com que a 3ª pessoa entre de pleno direito (no plano epistemológico) como pessoa. Comparar o seguinte excerto de Benveniste (1974) e, em seguida, de Ricoeur (1990) é esclarecedor no que diz respeito à translação da postura epistemológica:



Além disso, na comunicação, esse *eu* troca de estado de maneira alternada: quem o ouve refere-o ao *outro* de quem ele é o signo incontestável: mas, sendo sua vez de falar, ele assume *eu* por conta própria. (BENVENISTE, 1974, p. 68).

A questão será, em última instância, saber como o “eu-tu” da interlocução pode externalizar-se num “ele” sem perder a capacidade de se designar ele próprio, e como o “ele/ela” da referência identificante pode internalizar-se num sujeito que se diz ele próprio. Esse intercâmbio entre os pronomes pessoais é o que na verdade parece essencial para [...] uma teoria integrada do si no plano linguístico. (RICOEUR, 1990, p. 56).

A mudança de perspectiva de análise que consistiu, para Ricoeur (1990), a estender à 3ª pessoa a reflexão sobre a pessoa como aquela que está fora da interlocução, tem importantes repercussões teóricas:

1. Substituição do antagonismo eu-tu vs. ele, por uma representação dinâmica baseada no real da comunicação, isto é, na troca de lugares, logo de estatutos. Concebe-se o sujeito não somente no tempo de sua enunciação, mas também fora do ato de enunciação: um eu potencialmente ele, e tornado atualmente ele quando põe fim à sua enunciação. Da mesma maneira, concebe-se o sujeito atualmente não falante como potencialmente falante;
2. A anulação do antagonismo, por re-ordenar o dispositivo estatutário no sistema da pessoa (eu-tu-ele), desbloqueou o processo de análise ao integrar a pessoa na reflexão empírica da interlocução, permitindo articular a questão da pessoa com a da identidade. Com efeito, ao substituir a via de dupla mão eu↔tu proposta por Benveniste, pela via de dupla mão eu↔ele, Ricoeur insere a representação do outro na esfera do eu, porém com a percepção de que o outro possui o mesmo estatuto do que o eu, e inversamente. Ou seja, ambos têm consciência de compartilhar o mesmo estatuto: a lógica não é mais de exclusividade, e sim de alternância, organizada pela interlocução. Razão pela qual, em referência a *Individuals*, de Peter Strawson (Londres, 1957) e no tocante ao “contexto filosófico da referência identificante”, Ricoeur (1990, p. 52) declara:

[...] o estatuto de sujeito não é especificado senão através da natureza daquilo que lhe é atribuído, a saber, os predicados psíquicos e físicos: por isso, não há de que mencionar os pronomes pessoais “eu” e “tu”; *oneself* basta, sem que o sufixo *self* enquanto tal seja problemático, já que podemos substituir *oneself* e *another* por alguém (*someone*) e qualquer outra pessoa (*anyone else*).

Enfim – chegamos ao último ponto na teorização do si que gostaríamos de analisar –, promulgar a integração da 3ª pessoa não chega a uma consistência teórica satisfatória. Admitir a troca de posição entre eu e ele constitui a primeira etapa da construção da teoria do si, pois, como vimos, a noção de si não é apenas redutível ao eu, mas se constrói através da integração do outro no meu campo de consciência. Ainda é preciso, entretanto, o próprio *eu* se representar, a si próprio, como entidade ao mesmo tempo externa e interna. O que Ricoeur (1990, p. 68) descreve nos seguintes termos:

O ponto de perspectiva privilegiado sobre o mundo, que é cada sujeito falante, é o limite do mundo e não um de seus conteúdos. E, mesmo assim [...] o *ego* da enunciação aparece *no mundo*, como atesta a atribuição de um nome próprio ao portador do discurso.

Ricoeur (1990) ilustra o aparecimento do *ego* no mundo evocando o certidão de nascimento, em que constam um nome próprio, uma data e um lugar. São dados não sui-referenciais (eu, aqui, agora), quer dizer, dados que instauram o *ego* no mundo (eu tenho um nome próprio, mas não sou um nome próprio). Simultaneamente, eu constituo a fonte da minha percepção, por isso situo-me na autodesignação (o enunciador produz um enunciado cujo objeto refere a ele mesmo). O “poder de autodesignação”, por sua vez, “[...] não faz mais da pessoa apenas um tipo único, mas um si.” (RICOEUR, 1990, p. 45). Em outras palavras, o si advém na associação das duas coordenadas: do reflexivo e do referencial.

Acabamos de analisar a evolução do pensamento sobre pessoa gramatical e sujeito no mundo, mostrando: a) como o recorte exclusivamente enunciativo em Benveniste determina a distinção entre pessoa e não pessoa e b) como Ricoeur, no intuito de introduzir uma teoria do si na linguagem, destrava o dispositivo à partir da alternância de posição (eu-ele-eu) assim como da soma do reflexivo e do referencial, que faz da 1ª pessoa um si. Essa dupla reorganização do sistema da pessoa provoca as condições para o *ego* se descentralizar, se perceber num aqui (ele coincide com o seu ponto de vista, privilegiado porque no limite do mundo) e num ali (o corpo dele é um corpo entre muitos). Isso quer dizer que a identidade do eu se constitui pela reflexividade e alteridade. Outro deslocamento determinante, na teoria do si, é a primazia dos atos de discurso (os “*speech acts*” de Austin). Primazia decisiva que permite estabelecer a equivalência, plena, entre enunciação e interlocução. Assim, exemplifica Ricoeur (1990, p. 59), “‘Eu afirmo que’ equivale a ‘eu afirmo a *você* que’; ‘eu prometo que’ equivale a ‘eu *te* prometo que’.” Por natureza, a interlocução instaura o interlocutor num estatuto pleno de parceiro. Estabelecida essa base, Ricoeur (1990, p. 60) entrecruza os atos de discurso e a teoria da enunciação de Paul Grice – segundo a qual os parceiros da interlocução admitem que o enunciador tem a intenção de significar e que, portanto, o interlocutor

convém do fato de que o enunciador leva em consideração essa intenção –, a fim de mostrar que “[...] essa circularidade de intenções exige que sejam colocadas no mesmo plano a reflexividade da enunciação e a alteridade implicada na estrutura dialógica da troca de intenções.”

O papel de igual importância de dois parâmetros contrários (reflexividade vs. alteridade) operando, simultaneamente, aponta para uma dialética constitutiva do ato de comunicação e crucial para a teoria de si. Dialética presente no título do ensaio de Ricoeur (1990), *Si mesmo como um outro*, que põe no cerne da identidade o duplo sentido de “Si enquanto outro” e “Si idêntico ao outro”<sup>4</sup>.

## O evento do entender

Qual é a função, ou a justificativa, da narrativa de si. Do lado da pessoa que se autobiografa, o desejo de testemunhar, de deixar uma marca para a posteridade, de tornar público o que é privado? Do lado do leitor, a curiosidade, o voyeurismo? Em primeira instância, essas razões podem ser válidas, mas certamente não em última instância. Para responder essa pergunta, parece-nos que a teoria de J.-M. Ferry constitui uma continuação da de Ricoeur.

O aporte fundamental de Ferry (1991, p. 79) consiste em abordar a gramática não do ponto de vista formal ou semântico, e sim como “processo pragmático onde se atua a intersubjetividade”. No tocante as pessoas pronominais, ele busca demonstrar que “as três pessoas pronominais” são possíveis por elas serem “uma forma de condição formal do mundo **comum**” (FERRY, 1991, p. 8, grifo nosso). Ou seja, as pessoas pronominais e os valores associados decorrem do empírico das relações pragmáticas (dizer e fazer), que se organizam essencialmente em função da busca do compartilhar. Daí, sua hipótese potente, que inversa a perspectiva ordinal que consiste em partir das singularidades (eu, tu, ele) para chegar a coletividade (nós), para pôr o nós em posição inaugural da reflexão, e, em seguida, distinguir as singularidades (FERRY, 1991, p. 88, grifo nosso): “É mais provável que, no espaço pronominal das pessoas, a **referência de origem** do discurso não seja nem o *Ele*, nem o *Tu*, nem o *Eu*, e sim o *Nós*.” Pois, argumenta o teórico, se o discurso visa a validade (entre outros dos fatos, das normas, dos valores expressos), então “o ponto de referência utópica das enunciações é o acordo obtido entre *Você* e *Eu*”, isto é, a construção do nós:

[...] a possibilidade de que *você* e *eu*, ou *eu* como qualquer *outro*, assumamos a mesma proposta, que constitui o *espaço interpessoal* no qual será assegurada a pretensão do enunciado à validade – dito de outra maneira: o espaço do *Nós*. (FERRY, 1991, p. 88-89).

<sup>4</sup> Cf. Prefácio (RICOEUR, 1990).

Assim como Ricoeur, Ferry entende o sistema da pessoa como um sistema no qual os lugares do eu, tu e ele podem ser trocados. Diz ele, ao se referir ao estudioso alemão E. Holenstein, que na medida em que a referência “[...] é estabelecida pela correlação dos pronomes pessoais dentro de um sistema *puramente comunicacional* [...] a identidade se faz pela relação e não pela qualidade.” (FERRY, 1991, p. 172, nota 10).

Formalmente centrada no eu e por mais paradoxal que pareça, a narrativa de si, percurso de uma identidade, busca e instala a relação entre o autor e o leitor. O pacto autobiográfico compromete o autor a dizer a verdade (ser de boa fé), único parâmetro concreto que distingue uma autobiografia de uma ficção, diz Lejeune (1975), pois o leitor não tem condições de conferir a veracidade dos fatos. O teor do pacto em questão permanece válido, porém, prevalece um outro pacto, de um nós ou de um eu coletivo. Com efeito, o pacto autobiográfico diz menos respeito ao conteúdo exposto do que ao evento relacional que tem como espaço a autobiografia onde co-atuam o autor e o leitor, numa mesma experiência do entender. Apoiando-se no conceito de “mundo [em] comum”, que encontra sua mais clara manifestação na inter-relação, Ferry (1991, p.151) considera que “Não é mais para ler antes de tudo o verdadeiro na estrutura de um texto, mas para induzi-lo no procedimento de uma ação.” Logo, podemos afirmar que a compreensão não se situa numa enquete voltada para o passado, e sim no procedimento da escritura considerada como ação reflexiva e sobre o leitor como outro (ou melhor: um outro eu, enquanto ele, enquanto eu). Ricoeur (1990, p. 148) não diz outra coisa quando distingue a “identidade idem” ou “identidade do mesmo” da “identidade ipse”, ou “identidade do si”. Na narrativa de si, o que importa em primeiro lugar – o que cativa tanto a pessoa que autobiografa quanto o leitor – é a identidade narrativa, constitutiva da identidade ipse que se constrói concretamente, sob nosso olhar, a medida que se escreve/lê a narrativa de si. Ora, na medida em que “A história narrada diz o quem da ação”, “*A identidade do quem não é, portanto, nada senão uma identidade narrativa*” (RICOEUR, 1985, p. 442-443).

Nessa perspectiva, qual é o lugar do leitor da narrativa de si? Ao contrário do leitor de biografia que busca o saber factual, ou seja, o conteúdo (“eu sei que”, que lhe possibilita recuperar a identidade idem do personagem, a partir do qual se faz o inventário dos acontecimentos a ele relacionados), o leitor de autobiografia busca o saber processual (eu sei como), isto é, por ser levado a entender o experiencial. E, da mesma maneira que uma das justificativas – senão a maior – da escrita da autobiografia reside na busca da *autocompreensão* correlativa à identidade ipse que se elabora, uma das justificativas – senão a maior – da leitura de autobiografia reside na busca, através da *inter-compreensão*, que, por sua vez, produz *autocompreensão* (FERRY, 1991, p. 99).

Podemos, agora, retomar a questão *quem é você?* (acima, parte 1). Com efeito, acrescenta-se uma terceira situação às duas levantadas:

*Quem é você?* L1, que é o autor/narrador da autobiografia pergunta a L2, o leitor. De fato, o leitor fica também interpelado pela autobiografia, pois não concebemos que uma autobiografia, qualquer que seja seu grau de singularidade, não contribui à compreensão interpessoal, pois não apresenta, em comum, suas experiências, ao trazê-las para o reservatório das experiências universais.

## **Conclusão**

Através de É. Benveniste, P. Ricoeur e J.-M. Ferry, essa contribuição propôs um percurso teórico na categoria da pessoa, a fim de relacionar os pronomes ao processo referencial que, por sua vez, desemboca na questão da identidade. Nas palavras de Benveniste (1974), basta um indivíduo usar o pronome *eu* para que *eu* passe a ser, de elemento paradigmático que era, uma designação única e *produza, a cada vez, uma pessoa nova*. Paul Ricoeur (1990) retoma a categoria da pessoa, a partir da qual ele elabora “uma teoria de si integrada à linguística”, colocando a categoria da pessoa frente à questão da identidade. Para tanto, o autor estabelece uma distinção entre a “enquete referencial” (a 3ª pessoa) e a “enquete reflexiva” (eu-tu), sabendo que uma dada pessoa circula da referencial para a reflexiva, e vice-versa. Daí, a investigação de P. Ricoeur (1990) quanto à interface categoria da pessoa e identidade, que é, no que lhe diz respeito, uma identidade narrativa. Já, com Jean-Marc Ferry (1991), a categoria da pessoa é analisada no duplo âmbito da identidade e da pragmática, o que resulta numa reflexão baseada na inter-relação entre gramática e mundo. A teorização pela qual o autor, reforçando a noção de pragmática por intermédio do “processo de entendimento”, constrói a primazia do espaço do “nós”, relegando, assim, no segundo plano, a predominância histórica do *eu* e *tu*.

Em outras palavras, o que nos interessou aqui foi mostrar como uma certa filosofia da linguagem aponta para uma integração cada vez mais consistente e mais articulada entre o linguístico e o ser coletivo. Integração de ordem pragmática, que resulta, antes de tudo, numa verificação e experimentação de um viver/entender/entender-se (uns aos outros e a si mesmo) através do mundo. De modo que a escrita de si adquire uma nova dimensão, onde o leitor se torna tão crucial quanto o autor. Ainda que o autor tenha a antecedência cronológica do processo de entendimento (pelo fato de escrever), a condição essencial para o mesmo ocorrer estipula a existência do leitor, na sua atividade concreta de leitura. De modo que ambos se tornam, ao mesmo tempo, autores e leitores da vida de si através da leitura-reescritura da vida do outro.

BRAUN DAHLET, V. Person, reference and identity in self-narrative. **Itinerários**, Araraquara, n. 40, p. 15-28, jan./jun., 2015.

■ **ABSTRACT:** *The relation of equivalence: Author = Narrator = Character is what defines self-narrative. The isomorphism between the three terms of the equation doesn't hide its complexity which is based on the interrelation of, at least, three domains: the literary theory through the narratology (LEJEUNE, 1975, 2008; GENETTE, 1991), the enunciative linguistics and the philosophy of language through the reference and the relation established by the personal pronouns and identity (BENVENISTE, 1966; RICOEUR, 1990; FERRY 1991) and, ultimately, the pragmatics which, as we will show, leads to the experience of understanding, connecting the author and the reader between themselves. Thus, this contribution draws an itinerary of analysis that, by approaching these three domains that point to a question of reference of the person and of the identity, aims to demonstrate that the role of the narrative of ourselves is, above all, an event of understanding that must be shared.*

■ **KEYWORDS:** *Category of person. Reference. Identity. Self-narrative.*

## REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1974. v. 2.

FERRY, J.-M. **Les puissances de l'expérience**. 1. Le sujet et le verbe. Paris: Les Éditions du Cerf, 1991. (Collection Passages).

GENETTE, G. **Fiction et diction**. Paris: Seuil, 1991.

LEJEUNE, P. **Le pacte autobiographique**. Paris: Seuil, 1975. (Collection Poétique).

\_\_\_\_\_. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Organização de Jovita Maria Gerheim Noronha e tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

RICOEUR, P. Monde du texte et monde du lecteur. In: \_\_\_\_\_. **Temps et récit: le temps raconté**. Paris, Seuil, 1985. v. 3, cap. 4.

\_\_\_\_\_. **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990.

Recebido em 31/10/2014

Aceito para publicação em 08/05/2015

